

## Morfologia:

# Vantagens do Estudo por Interfaces

Ana Paula Victoriano BELCHOR<sup>1</sup>

Katia Emmerick ANDRADE<sup>2</sup>

### Palavras iniciais

Este artigo tem como objetivo mostrar que a Morfologia opera em conjunto com outros níveis de descrição linguística, a saber, a Fonologia, a Sintaxe e a Semântica. Para tanto, definições de Morfologia, segundo Matthews (1998) e Monteiro (2002), serão avaliadas na seção 1, com o intuito de verificar a interação entre fenômenos morfológicos e expedientes sintáticos e semânticos.

A seção 2 destina-se a exemplificar os modelos de análise morfológica *Palavra e Paradigma*, *Item e Arranjo* e *Item e Processo*, com vistas a destacar os princípios envolvidos em cada modelo.

Na seção 3, são discutidas as funções relacionadas às operações morfológicas (semântica, sintática, denominação, atitude subjetiva, indexical e textual), levando-se em conta os fatores que as motivam, bem como os efeitos resultantes nos produtos.

As seções 4, 5 e 6 são dedicadas a mostrar a interação entre Morfologia, Fonologia, Sintaxe e Semântica, no que tange à distribuição dos vocábulos em classes, à delimitação entre flexão e derivação, bem como aos processos não-concatenativos de formação de palavras<sup>3</sup>. Nas palavras

<sup>1</sup> Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aluna do curso de Doutorado na mesma instituição. Membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

<sup>2</sup> Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aluna do curso de Doutorado na mesma instituição. Membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

<sup>3</sup> Na morfologia não-concatenativa, os formativos apresentam relação com fatores fonológicos, diferente do que se observa nos fenômenos prototípicos de afixação ou composição, nos quais os elementos morfológicos se sucedem em uma linha temporal e podem ser, dessa forma, isolados. Por essa razão, processos não-concatenativos não podem ser descritos satisfatoriamente com base na relação base-afixo.

finais, são apresentadas as principais conclusões do artigo, com base nos argumentos expostos ao longo das seções precedentes.

## 1. Definição de Morfologia

A Morfologia, segundo Matthews (1998), consiste no estudo da estrutura gramatical das palavras e das categorias por ela realizadas. Dessa forma, o autor considera que se trata do ramo da linguística responsável pelo estudo da estrutura interna das palavras e dos seus constituintes significativos mínimos – os morfemas.

Observe-se que a definição de Matthews (1998), acima, pressupõe uma interseção entre Morfologia, Sintaxe e Semântica. Para fim de exemplificação, pode-se citar o vocábulo “menina”, em que é possível identificar um radical (ou morfema lexical), *menin-*, e uma desinência (ou morfema gramatical) indicadora de gênero feminino em português, *-a*. Nesse caso, a relação Morfologia-Sintaxe-Semântica pode ser entendida da seguinte maneira: a análise do referido vocábulo envolve não somente unidades morfológicas (radical e desinência), mas também os expedientes sintático (expressão do gênero feminino para que sejam estabelecidas as relações de concordância adequadas) e semântico (combinação dos significados “indivíduo da espécie humana jovem” e “sexo feminino”).

Esse ponto de vista pode ser reforçado pela proposta de Monteiro (2002), aqui retomada: “*a Morfologia trata da estrutura e dos processos de flexão e formação das palavras. Cabe-lhe ainda, segundo as gramáticas, a tarefa de classificar os vocábulos*” (*op. cit.*: 203). Com base em tal definição, nota-se que o vínculo entre Morfologia, Sintaxe e Semântica torna-se mais evidente, nos seguintes termos: além da estrutura interna das palavras, a Morfologia, de acordo com o autor, é responsável pela descrição dos processos de flexão e derivação, além da distribuição dos vocábulos em classes – atribuições que, tal como será discutido nas seções 4 e 5 deste artigo, exigem a aplicação de critérios que envolvem também aspectos sintáticos e semânticos. Sob o âmbito da Morfologia, portanto, há processos que não podem ser descritos com base na perspectiva estritamente morfológica, isto é, sem considerar as contribuições da Sintaxe, da Semântica e da Fonologia.

A relação existente entre os planos do sistema linguístico é defendida por Nida (1949), autor para o qual “*nenhuma parte de uma língua pode ser descrita adequadamente sem referência a todas as outras partes. Tal princípio significa que a fonêmica, a morfologia e a sintaxe de uma língua não podem ser descritas sem referência umas às outras*” (op. cit.: 2). Nesse sentido, a inclusão de um vocábulo em determinada classe, por exemplo, embora constitua tarefa da Morfologia, deve pautar-se no comportamento sintático do item lexical a ser categorizado, bem como no significado que este assume nos contextos em que é passível de emprego.

Com base nas definições de Morfologia citadas nesta seção, pode-se verificar que os próprios meios disponíveis para conceituá-la pressupõem a interface com a Sintaxe e a Semântica. É sob essa perspectiva que o presente artigo desenvolver-se-á: com o objetivo de mostrar, nas seções que se seguem, casos em que a descrição de processos morfológicos precisa acessar informações sintáticas, semânticas e fonológicas para uma análise satisfatória.

Na próxima seção, discutir-se-ão as premissas dos modelos Palavra e Paradigma, Item-e-Arranjo e Item-e-Processo, com o intuito de destacar a mudança de perspectiva observada entre esses modelos – o que permitiu, no âmbito do último, a inclusão de fatores fonológicos na análise da estrutura da palavra.

## **2. Confronto entre modelos de análise morfológica**

### ***2.1. Modelo Palavra e Paradigma***

Assim denominado por Hockett (1954), o modelo Palavra e Paradigma caracteriza-se por delimitar sequências morfológicas a partir das possibilidades de combinação entre formas que se opõem e excluem, com o objetivo de apresentar as diversas ocorrências de uma palavra ao considerarem-se as categorias gramaticais que podem ser realizadas nesta. Sob esse ponto de vista, a análise morfológica consiste na avaliação das possibilidades de realização de determinada categoria gramatical, ou seja, em termos mais estritos, o paradigma traçado para a manifestação de categorias gramaticais em um vocábulo

serve de base para a análise de outros dados que pertençam à mesma classe.

A seguir, tem-se um conjunto de dados a que se aplica uma análise fundamentada no modelo Palavra e Paradigma:

(01)

Futuro do presente do indicativo

1ª pessoa do singular: am-arei

2ª pessoa do singular: am-arás

3ª pessoa do singular: am-ará

1ª pessoa do plural: am-aremos

2ª pessoa do plural: am-areis

3ª pessoa do plural: am-arão

Os dados em (01) formam o paradigma de futuro do presente do indicativo para a primeira conjugação dos verbos regulares em língua portuguesa. Dessa forma, segundo a perspectiva do modelo ora em discussão, outros verbos pertencentes à mesma conjugação podem ser analisados com base na distribuição evidenciada em (01). Caso o novo verbo cujo comportamento morfológico se deseja descrever seja “falar”, por exemplo, basta opor, no paradigma acima, em (01), os radicais *am-* (de “amar”) e *fal-* (de “falar”), para que se tenha como resultado as formas fal-arei, fal-arás, fal-ará etc.

É importante notar, contudo, que, em (01), as sequências que compõem o verbo para a realização das devidas categorias gramaticais não se apresentam distribuídas em unidades significativas mínimas (morfemas), mas em duas partes que se combinam para formar o futuro do presente de verbos de primeira conjugação. Dessa forma, de acordo com o modelo Palavra e Paradigma, outros verbos da mesma conjugação podem seguir o paradigma evidenciado em (01), do seguinte modo: a primeira sequência, comum a todas as pessoas, constitui o radical do verbo e deve ser substituída pelo radical do novo verbo que se deseja conjugar. A segunda sequência, por sua vez, varia ao longo do paradigma devido à expressão das categorias gramaticais de tempo, modo, aspecto, número e pessoa; logo, deve ser mantida para que sejam preservadas as noções citadas em cada pessoa. Assim, de modo geral, pode-se dizer que, para conjugar verbos de mesmo tema, sob a perspectiva do modelo Palavra e Paradigma, deve-se manter a primeira

sequência do paradigma e alternar a segunda, de forma a indicar aspectos gramaticais tais como número e pessoa, por exemplo.

Com base nos dados em (01), citados para exemplificar a descrição de verbos via modelo Palavra e Paradigma, verifica-se, portanto, que a análise leva em conta sequências que se alternam (ou mantêm), em vez de unidades mínimas de som e significado – os morfemas. Destarte, o modelo em voga não se mostra satisfatório a análises que visem a decompor os vocábulos em suas formas mínimas, com o objetivo de delimitar os seus formativos e, a partir de então, descrever o processo de formação de palavras envolvido ou as categorias gramaticais que se realizam no vocábulo analisado. Nesse caso, deve-se adotar, por exemplo, um modelo que proponha o morfema como centro da análise morfológica, como o Item-e-Arranjo, cujas premissas serão apresentadas na próxima subseção.

## 2.2. *Modelo Item e Arranjo*

Centradas na noção de morfema, as análises via modelo Item-e-Arranjo (IA) apresentam caráter sintagmático, pois, nesse caso, “*o papel da Morfologia passa a ser o de juntar esses pedaços de material, ou morfemas, que são signos mínimos*” (ROSA, 2000: 47). Em outras palavras, o referido modelo prevê uma análise estrutural em que os morfemas sejam identificados e isolados.

A identificação dos morfemas na cadeia sintagmática, de acordo com os princípios estruturalistas que regem o modelo IA, é realizada por meio da técnica de comutação, tal como nos exemplos a seguir:

(02) Escreves / escreveríamos

Nas formas verbais em (02), o elemento *escrev-*, comum a toda a conjugação do verbo “escrever”, pode ser isolado com base na comparação com outras formas, tais como “bates” / “bateríamos”. Assim, *escrev-* pode ser identificado como uma unidade mínima de som e significado (morfema), a que se chama radical, por ser responsável pelo significado lexical da forma verbal.

A seguir, as sequências *-es* e *-eríamos* em (02), analisadas em bloco via modelo Palavra e Paradigma, também podem ser decompostas por meio de comutação. Quanto a *-es*, o confronto de “escreves” com “es-

creva”, por exemplo, permite o isolamento de -e- (vogal temática), bem como da desinência número-pessoa de segunda pessoa do singular (-s). A sequência -eríamos, por sua vez, pode ter suas desinências identificadas com base na comparação de “escreve” com “escreveríamos”, que possuem o radical *escrev-* e a vogal temática -e- comuns, porém diferem no que tange às desinências que se apresentam.

A forma verbal “escreve” é caracterizada pelo morfe Ø, responsável por indicar as informações de tempo-modo-aspecto (presente do indicativo) e número-pessoa (terceira pessoa do singular) – tempo e pessoa menos marcados no português. A oposição entre “escreve” e “escreveríamos”, no entanto, permite, nesta última, a identificação das desinências -ria (futuro do pretérito do indicativo) e -mos (primeira pessoa do plural).

Por ser o modelo Item-e-Arranjo centrado na noção de morfema, a estrutura prevista para os verbos do português, sob esse ponto de vista, é RAD + VT + DMTA + DNP<sup>4</sup> – em que todas as posições devem ser ocupadas por morfemas, ainda que Ø. De acordo com o IA, pois, a descrição do verbo em português comporta a identificação dos elementos (ou *itens*) presentes em sua estrutura, bem como a disposição dos referidos elementos – daí o nome Item-e-Arranjo.

### 2.3. Modelo Item-e-Processo

O modelo Item-e-Arranjo, anteriormente exemplificado, admite análises satisfatórias apenas em processos cujos morfemas podem ser identificados e isolados na cadeia morfológica. Dessa forma, o referido modelo não permite a descrição de processos em que a informação morfológica é expressa por alternância vocálica, por exemplo, tal como se observa em alguns verbos do português.

Assim, o modelo Item-e-Processo (IP), dispensando a noção de morfema como elemento “corporificado”, vem responder a questões em que operações morfológicas se dão em um nível mais abstrato que o do enunciado: o nível das formas *teóricas* ou *subjacentes*, a que “*são aplicados processos, ou regras, ou operações, que as transformam nas formas de superfície*” (ROSA, 2000: 49).

---

<sup>4</sup> Radical + vogal temática + desinência de modo-tempo-aspecto + desinência de número-pessoa.

Para exemplificar a análise via Item-e-Processo, podem-se utilizar ao menos dois casos em que a informação morfológica de verbos no português envolve o tratamento do morfema como uma *regra* atuante nas formas subjacentes. Nos dados *s[i]nto*, *s[ê]ntes* e *s[ê]nte*, por exemplo, além da desinência número-pessoal de primeira pessoa do singular (-o) presente na primeira forma, há o alteamento da vogal contida no radical do verbo [ê] > [i] – um reforço para a expressão de primeira pessoa que não pode ser descrito no nível do enunciado.

Há, ainda, casos em que o alteamento é o único fator responsável pela expressão de pessoa em verbos, tal como em *ff[i]z* e *ff[ê]z*. Observe-se que as informações de primeira e terceira pessoas do singular, respectivamente, são expressas unicamente pela alternância vocálica. O mesmo ocorre em *t[i]ve* e *t[ê]ve* – par em que a marcação de pessoa se manifesta por meio da alternância na altura das vogais [i] e [ê], nos seguintes termos: [i], vogal alta, indica primeira pessoa; [ê], vogal média-alta, indica terceira pessoa. Maiores informações acerca dos padrões aqui mencionados podem ser verificadas em Vivas (2009).

Dessa forma, o modelo IP, por admitir que um processo fonológico seja responsável pela veiculação de informações morfológicas, é capaz de descrever com êxito fenômenos morfológicos em que os produtos envolvidos não resultam da aglutinação de segmentos na cadeia morfológica, mas de operações realizadas em formas subjacentes, isto é, em um nível mais abstrato que o do enunciado. Em outras palavras, sob a perspectiva desse modelo, a Fonologia pode ser responsável pela expressão de algumas categorias gramaticais no âmbito da Morfologia.

### 3. Funções da Morfologia

Na presente seção, apresentar-se-ão funções desempenhadas por processos morfológicos, com vistas a identificar os fatores que os motivam, bem como os efeitos resultantes da formação dos mesmos. Para tanto, serão adotados os pontos de vista de Basilio (2000) e Gonçalves (2003), retomados a seguir.

A primeira função das operações morfológicas a ser apresentada aqui diz respeito ao aspecto semântico. Segundo Basilio (2000), “*os casos mais claros de função semântica exclusiva são aqueles em que não*

*verificamos mudança de classe*” (op. cit.: 69), embora haja processos morfológicos em que parece atuar uma função exclusivamente semântica que, no entanto, pode acarretar mudanças de classe. Na prefixação, por exemplo, a adjunção de prefixos a bases possui, em português, uma função exclusivamente semântica, visto que não promove alteração na classe da base, mas apenas indica noções que se acrescentam ao significado veiculado pela palavra-matriz, assim como em “rever”, “reconsiderar” (repetição do ato de “ver” ou “considerar”); e “infeliz”, “inanimado” (negação das qualidades de “feliz” ou “animado”).

Ainda de acordo com Basilio (2000), a formação de nomes de agente pela sufixação de *-dor* a verbos caracteriza-se por uma motivação basicamente semântica que acarreta, entretanto, mudança de classe da base para o produto. Nesse caso, caracteriza-se um indivíduo ou objeto pelo exercício da ação ou função expressa pelo verbo, assim como em “guardar” > “guardador” (indivíduo caracterizado por exercer a função de “guardar”) e “coar” > “coador” (instrumento necessário ao ato de “coar”). Com base nos dois exemplos citados, pode-se verificar que, de fato, apesar de a função puramente semântica das operações morfológicas não envolver mudança de classe, haverá, em alguns casos, uma motivação estritamente semântica que tem a mudança de classe como resultado. Em outras palavras, nesses casos, a mudança de classe é um efeito, e não a motivação para a nova formação.

Outra função passível de ocorrer nas operações morfológicas é a mudança de categoria lexical (ou função sintática). Os processos de formação de palavras em português, à exceção da prefixação, podem ser responsáveis por mudanças de classe observadas na direção base-produto, ou seja, o produto de um processo de formação de palavras pode resultar em uma categoria lexical que não coincide com a da base. Para fim de exemplificação, podem-se citar dois casos em que a função sintática de adequação ao enunciado atua sobre processos morfológicos: formação de advérbios em *-mente* a partir de adjetivos e nominalização de verbos.

Quanto aos advérbios, na oração “A palestra foi *rápida*”, tem-se o adjetivo “rápido” no predicado nominal, cuja função é atribuir uma qualificação ao núcleo do sujeito, no caso, “palestra”. No entanto, uma modificação na estrutura da oração anteriormente citada, de modo que se construa um predicado verbal, pode levar ao emprego de um advérbio relacionado ao adjetivo “rápido”, que concorre no sistema da língua com o mesmo adjetivo



adverbializado: “O palestrante apresentou-se *rapidamente*”; “O palestrante apresentou-se *rápido*”. Observe-se que, nestes últimos casos, o modificador passou a se referir ao verbo e, por isso, os dois termos comportam-se como advérbios (*rapidamente* / *rápido*), ainda que o segundo não apresente o sufixo formador de advérbios *-mente*<sup>5</sup>.

A função sintática pode ser verificada também no processo de nominalização de verbos, ou seja, na formação de nomes a partir de verbos, tal como se segue: em “Os brasileiros acreditam que a inflação diminuirá”, o verbo “diminuir” integra uma oração subordinada substantiva que complementa, em forma de oração desenvolvida, o verbo “acreditar”. Contudo, um sentido bastante próximo ao citado anteriormente pode ser veiculado por “Os brasileiros acreditam na diminuição da inflação”, em que o nome “diminuição” atua como núcleo do complemento verbal de “acreditar”, pois, desta feita, trata-se de uma estrutura nominal. Assim, pode-se dizer que a forma nominalizada “diminuição” é empregada na segunda oração aqui apresentada com vistas a promover uma adequação sintática.

Além das funções semântica e sintática, já discutidas nesta seção, a denominação é também uma função passível de ocorrer nas operações morfológicas, no sentido de que, dada a propriedade que os nomes possuem de rotular, os processos de formação de palavras podem ser responsáveis também por denominar “*um item conceitual ou material existente no universo para o qual não haja denominação*” (SANTOS, 2002: 49). Assim, quando novos conceitos ou materiais surgem, a necessidade de fazer referência a esses itens leva à função de denominação, tal como se pode verificar nos exemplos a seguir, relacionados ao universo da informática.

Recentemente, o nome “blogueiro” passou a designar um “indivíduo que cria ou alimenta *blogs*” – noção que, a partir da criação dos *blogs*, precisou ser expressa formalmente. Processo semelhante ocorreu na formação de nomes em que o elemento *e-*, por associação ao termo do inglês *e-mail*, passou a integrar vocábulos que nomeiam itens não existentes em

---

<sup>5</sup> Basilio (2000) faz uma distinção entre palavras *tradicionais* que funcionam tanto como adjetivo quanto como advérbio (*alto*, *rápido*) e casos de conversão (ou transposição) de uma classe para outra, verificados entre as palavras que são adjetivas, mas podem exercer, em alguns contextos, a função de advérbio, tal como se observa em “João correu *diferente* do que se esperava”, “João falou *bonito*” e “Isto se cola *fácil*”. Segundo a autora, há “uma sensível mudança de tom expressivo entre uma possibilidade e outra, sendo a forma adjetiva a que expressa uma idéia mais direta e forte, enquanto a forma em *-mente* apresenta um tom mais neutro e formal” (*op. cit.*: 64).

momentos anteriores ao desenvolvimento da informática, como se observa em “e-livro” (livro eletrônico) e “e-autorizador” (sistema de autorização *online* que, em uma rede referenciada, permite a realização de serviços em unidades diversas). Em “blogueiro”, a formação da nova palavra consistiu na adjunção do sufixo *-eiro* ao nome *blog*, dando origem a um nome de agente que realiza sistematicamente a ação relacionada ao nome que constitui a base da formação, assim como ocorre, por exemplo, em “fofoqueiro”. “E-livro” e “e-autorizador”, por sua vez, revelam o emprego recente de *e-* como prefixo que adiciona à base a noção de “eletrônico” (livro eletrônico, autorizador eletrônico), por analogia a *e-mail*.

No âmbito do discurso, há três funções passíveis de ocorrer nos processos morfológicos: atitude subjetiva (ou expressão de avaliação), indexical e textual. A primeira consiste, de acordo com Basilio (2000), na expressão da atitude subjetiva do falante em relação ao objeto a que se refere. Nesse caso, o posicionamento do falante pode ser expresso pelo processo de derivação, por meio do qual o diminutivo, por exemplo, pode veicular o significado de pejoratividade (“filmezinho chato”; “livrinho ruim”) ou afetividade (“sopinha gostosa”; “bebezinho lindo”). Este último, vale observar, pode ser expresso também pelo fenômeno de hipocorização<sup>6</sup>, tal como em “Dudu” e “Alê” (encurtamentos afetivos de “Eduardo” e “Alessandra”). Note-se que, nos exemplos citados, a derivação em *-inho* não veicula o sentido básico de “dimensão reduzida”, mas, efetivamente, de pejoratividade ou afetividade, da mesma forma que os encurtamentos “Dudu” e “Alê” sugerem afetividade, tratamento íntimo ou familiar.

A função indexical, proposta por Gonçalves (2003), assinala a possibilidade de construções morfológicas veicularem informações socioculturais do falante ou de grupos de falantes, isto é, segundo o autor, produtos de processos morfológicos permitem a identificação de traços socioculturais do falante. Assim, o emprego de construções morfológicas resultantes do processo de truncamento<sup>7</sup> (“refri”, de “refrigerante”; “jápa”, de “japonês”), por exemplo, permitem a caracterização do falante como indivíduo jovem ou pertencente a grupos que utilizam fala menos formal.

<sup>6</sup> A hipocorização é um processo não-concatenativo de formação de palavras que consiste no encurtamento de antropônimos, com fim afetivo. Trata-se de um processo que forma palavras mínimas, ou seja, que gera produtos cuja estrutura não ultrapassa o limite de duas sílabas.

<sup>7</sup> O truncamento é também um processo não-concatenativo de formação de palavras, assim como a hipocorização, que consiste no encurtamento de uma base, ou seja, na da supressão de segmentos da palavra-matriz, para fins discursivos.

De modo análogo, as formas resultantes da expressão de grau superlativo por meio dos sufixos *-íssimo*, *-érrimo* e *-ésimo*, segundo Gonçalves (2003), pode também sinalizar o perfil sociolinguístico do falante, nos seguintes termos: homens tendem a evitar o uso de tais sufixos, por associá-los à fala feminina ou *gay*. Assim, as estratégias sintática (“O bebê é  *muito* lindo”; “O filme foi chato  *demais*”) e prefixal (“Ela é  *super*-bonita”; “O filme foi  *hiper*-chato”), consideradas mais neutras, são priorizadas entre os falantes do sexo masculino, enquanto a estratégia de intensificação sufixal por meio de *-íssimo*, *-érrimo* e *-ésimo* “realmente encobre relações de estereótipos sociais por estarem associados à fala feminina, de um modo geral, e à fala  *gay*, mais especificamente” (GONÇALVES, 2005c: 89). Observe-se que, se o emprego de formas truncadas pode estar ligado ao falar mais jovem e informal, a opção pelos afixos intensificadores *-íssimo*, *-érrimo* e *-ésimo* é mais bem aceita entre falantes do sexo feminino ou  *gays* – fatos que ratificam a proposta da função indexical, visto que permitem a identificação do perfil sociocultural do falante, com base na operação morfológica por que opta.

Por fim, a função textual é também passível de ocorrer nos processos morfológicos, nos casos em que a escolha por determinada construção estiver ligada a exigências ou restrições discursivas. Consoante Basílio (2000), “ *talvez o processo mais nítido no sentido de apresentar uma função textual seja, mais uma vez, a nominalização*” (op. cit.: 75), pois, tal como já foi discutido nesta seção, trata-se de uma operação morfológica que possui uma função sintática, mas, além disso, pode veicular significados como factividade e resolução, bem como desempenhar relevante papel na estruturação textual<sup>8</sup>. Um exame dessa função nos processos de formação de nomes a partir de verbos é feito na Dissertação de Mestrado de Marcos Basílio (2003), disponível em [www.nemp.com.br/teses\\_e\\_dissertacoes](http://www.nemp.com.br/teses_e_dissertacoes).

Para exemplificar a factividade, pode-se utilizar a sentença “ *Encerrando a discussão* do tema, termino a aula”, em que o conjunto encerrar<sub>verbo</sub> + discussão<sub>forma nominal</sub> indica a noção de que o término da aula

<sup>8</sup> No enunciado “Os grevistas paralisaram o metrô. Essa paralisação causou um nó no caótico trânsito da cidade”, como o verbo *paralisar* exige dois argumentos (um agente e um objeto), o termo “paralisação” retoma não só a ação de *paralisar*, mas também o seu agente e complemento, acrescentando, de forma coesiva, informações novas às já dadas. O substantivo abstrato, formado por nominalização deverbal, recupera não apenas o conteúdo nocional expresso pelo verbo do segmento anterior, mas todos os argumentos selecionados por ele, contribuindo, portanto, para a retroação e progressão do texto.

dar-se-á no exato momento em que a discussão do tema for encerrada. Observe-se que o efeito não seria o mesmo, caso a forma nominal não fosse empregada (“*Encerro* o tema, termino a aula”; “*Discuto* o tema, termino a aula”), uma vez que, nestes dois últimos enunciados, dada a propriedade que o presente do indicativo possui de indicar futuro ou ação habitual, pode-se afirmar que tais sentenças veiculam os significados de “costumo terminar a aula após encerrar a discussão do tema” e “discutirei o tema, depois terminarei a aula”, respectivamente. Note-se que o emprego da forma nominalizada possibilita, no exemplo “*Encerrando a discussão* do tema, termino a aula”, a referência a um ato que se realiza imediatamente após outro – noção que se perde ao optar por estruturas do tipo presente do indicativo + complemento, por exemplo.

Ao final da presente seção, é fundamental ressaltar que a Morfologia possui funções de ordem sintática, semântica e discursiva no português. Destarte, tal como supunha Nida (1949) – cf. seção 1 –, o componente morfológico de uma língua, no caso, o português do Brasil, não pode ser analisado isoladamente, sem que sejam levados em conta fatores ligados à sintaxe, à semântica e ao contexto discursivo. Esse ponto de vista norteará as seções que se seguem, cujo objetivo é mostrar, com base na análise de dados, situações em que a perspectiva estritamente morfológica não proporcionará uma análise satisfatória do processo em voga – casos em que outros planos linguísticos precisarão integrar a análise.

#### **4. O dilema da distribuição das palavras em classes**

Palavras são distribuídas em classes para que se possa fazer uma descrição comum a toda uma categoria, ou seja, para descrever, de maneira econômica e coerente, grupos de palavras que apresentam comportamento gramatical comum. Dessa forma, um verbo, por exemplo, pode ser caracterizado como um vocábulo que (a) expressa um processo; (b) é passível de receber marcas de tempo, modo, aspecto, número, pessoa; e (c) se comporta como núcleo do sintagma verbal.

Observe-se que a categorização do verbo, acima, envolve três aspectos distintos: a forma, ou seja, as características estruturais relativas à flexão, tratadas pela Morfologia; a função, que depende do interrelacionamento dos termos na cadeia sintagmática, isto é, da combina-

ção das palavras em um dado enunciado, segundo normas e regras gramaticais, constituindo objeto de análise da Sintaxe; e o conteúdo, ou melhor, as possibilidades de relação com o mundo extralinguístico – a referência, no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído –, sendo, então, objeto de interesse da Semântica.

Dessa forma, apontar se uma entidade gramatical admite ou não flexão de gênero e/ou de número, por exemplo, enquadra-se no critério mórfico; considerar a função ou distribuição da palavra dentro de unidades maiores diz respeito ao critério sintático. Já o critério semântico tem por enfoque as diferenças de significado. Sendo assim, com efeito, “*é evidente que os critérios mórfico, sintático e semântico se conflitam em qualquer tentativa de classificação*” (MONTEIRO, 2002: 226), pelas razões que se seguem.

Tradicionalmente, de acordo com as suas propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas, as palavras são distribuídas em dez classes: as variáveis – substantivo, adjetivo, verbo, pronome, artigo e numeral; e as invariáveis – advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Tal categorização, por mesclar critérios heterogêneos e privilegiar o aspecto semântico sobre o morfológico/formal e sintático/funcional, recebe críticas de muitos estudiosos (cf. CAMARA JR., 1970; MONTEIRO, 2002). Porém, como será visto nesta seção, uma vez estabelecida a hierarquia adotada entre os critérios utilizados na análise, essa heterogeneidade tende a se dissipar.

Decerto, mediante o contexto em que se insere, uma mesma palavra pode representar diferentes classes gramaticais, uma vez que não há nítida definição das características fronteiriças entre elas. Nesse sentido, Basilio (2000) defende a importância de se estabelecer uma certa hierarquia na adoção dos critérios, pois a utilização de um critério em detrimento de outro facilita a determinação da classe de uma palavra.

A título de exemplificação, cabe lembrar o jogo sintático que Machado de Assis empregou com as unidades lexicais “autor” e “defunto”, em que a simples troca de posição entre elas instaura sentidos diferentes. Isoladamente, “defunto” é um adjetivo e “autor”, um substantivo; todavia, no sintagma “um defunto autor”, “defunto” ocupa o núcleo da construção, por isso é o termo determinado, ao passo que “autor” se encontra à margem, sendo o termo determinante ou modificador. Sendo assim, “defunto” passa a ser classificado como substantivo e “autor” como adjetivo. Nesse caso, tem-se uma classificação de base sintática satisfatória, ao passo que o cri-

tério mórfico não seria suficiente, pois tanto os substantivos quanto os adjetivos são suscetíveis de flexões de gênero e número.

Há casos, no entanto, em que o critério morfológico torna-se relevante para a classificação de uma dada palavra. Por exemplo, na operação morfológica de adverbialização do adjetivo (ver seção 3, dedicada às funções da Morfologia), tal como se observa em “Os carros importados custam *caro*” e “As crianças dormem *tranquilo*”, os adjetivos “caro” e “tranquilo” passam a modificar o verbo, não mais o substantivo, e, por isso, ganham propriedades funcionais de um adjunto adverbial, que, em geral, veicula a ideia de modo, deixando de exigir flexões de número e de gênero. Essa invariabilidade formal (ausência de flexão), que, segundo o critério mórfico, é uma das características inerentes à classe dos advérbios, confirma o papel adverbial adquirido pelo adjetivo.

Priorizando o critério semântico, Basilio (2004) analisa o vocábulo “doce” e postula que, se tal unidade lexical denotar “com gosto de açúcar” e puder ser atribuída a outros nomes, como *pão*, *fruta*, *suco* etc., será um adjetivo. Sendo adjetivo, pode funcionar como (a) predicativo do sujeito (“A manga é *doce*”), com grau comparativo (“A manga é *mais doce* que o abacate”) ou de intensidade (“Este bolo está *muito doce*”), ou (b) adjunto adnominal (“Mingau *doce* é enjoativo”). Por outro lado, se “doce” designar um produto culinário que tem propriedade denotada pelo adjetivo, será um substantivo, que, precedido de um artigo, um pronome demonstrativo, um possessivo etc. (“*Este doce* está uma delícia!”) ou qualificado por adjetivos (“Mamãe faz *doce maravilhosos*”) passa a ocupar, respectivamente, o núcleo do sujeito e do complemento.

Os exemplos aqui elencados, se considerados isoladamente, não passam de possibilidades de sentido, de classificação morfológica e de funções sintáticas, possibilidades estas que se atualizam e se efetivam no discurso, o que demonstra a indiscutível correlação existente entre os níveis da gramática. E a permeabilidade entre as categorias lexicais traduz essa correlação, visto que um item lexical, ao admitir expansão semântica e interpretação com uma outra acepção, pode adquirir propriedades de outras classes e exercer outras funções sintáticas. Isto é, no discurso, uma palavra sempre estará suscetível a diferentes classificações, a depender do papel desempenhado por ela em relação a outras dentro de um sintagma.

Quanto à distribuição tradicional das palavras em classes, definida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), há vários autores (PERINI,

2004; CAMARA JR., 1970; MONTEIRO, 2002) que se utilizam do critério funcional/sintático para propor um quadro mais coerente. Em Pinilla (2007), podem-se verificar os critérios e propostas de autores diversos, com o objetivo de retomar a proposta da tradição gramatical para as classes de palavras e verificar o que propõem alguns pesquisadores contemporâneos.

A seguir, serão discutidos alguns argumentos de Monteiro (2002), no que tange ao comportamento das tradicionais classes dos substantivos, adjetivos e advérbios. Vale ressaltar, porém, que a proposta de Monteiro (2002) remonta ao quadro da distribuição dos vocábulos em classes proposto por Camara Jr. (1970) – autor para o qual, com base no critério *compósito* (formal, sintático e semântico), o português apresenta apenas quatro classes de palavras: nomes, verbos, pronomes e conectivos.

De acordo com Monteiro (2002), a definição mais comum para a classe dos substantivos – “*palavras que designam os seres em geral*” –, baseada no critério semântico, gera duas incoerências: em primeiro lugar, precisa-se “*identificar o ser para considerar como substantivo a palavra que o representa*” (*op.cit.*: 204). Além disso, há inúmeros nomes que não designam “seres”, tais como “justiça”, “ideia” e “céu”, por exemplo.

Ainda segundo Monteiro (2002), a definição de adjetivo como “*palavra que expressa qualidade*”, também pautada no critério semântico, é pouco coerente, uma vez que o termo “qualidade” não é capaz de compreender todas as noções expressas por adjetivos, tais como estado (“Os alunos estão *tranquilos*”) ou defeito (“As instalações das escolas visitadas estão *horríveis*”). Assim, a própria ideia do que seja “qualidade” dificulta a identificação de um adjetivo com base na definição aqui citada.

Em relação aos advérbios, tem-se uma situação semelhante à exposta anteriormente para os adjetivos. Porém, no caso dos advérbios, é o sentido de “circunstância” que torna problemática a definição segundo a qual se trata de “palavras que expressam circunstâncias”. Desta feita, a identificação de modo (*calmamente*) ou lugar (*aqui*) como “circunstâncias” apresenta-se como um problema para a descrição dos tradicionais advérbios, visto que “circunstância” é um termo de difícil delimitação.

Devido às dificuldades encontradas em delimitar as tradicionais classes de substantivos, adjetivos e advérbios com base no critério semântico, Monteiro (2002) propõe que as noções expressas por tais vocábulos são irrelevantes, se for levada em conta a *função* que eles desempenham. Em outras palavras, o autor afirma que substantivos, adjetivos e advérbios não



são classes, mas *funções* desempenhadas por nomes, nos seguintes termos: (a) nomes substantivos desempenham a função de termo determinado no sintagma nominal (“[Nossa *casa*] está à venda”); (b) nomes adjetivos desempenham a função de determinante no sintagma nominal (“[A *casa amarela*] está à venda”); e (c) nomes advérbios desempenham a função de determinante de um verbo (“O comprador da casa [chegou *cedo*]”).

Observe-se que, sob o ponto de vista de Monteiro (2002), aqui exemplificado, tem-se a classe dos nomes, que podem desempenhar diferentes funções na estrutura sintática – o que os define como nomes substantivos, adjetivos ou advérbios, não importando a noção expressa por eles, mas o fato de exercerem as funções de determinado ou determinante de outro nome ou de um verbo.

Monteiro (2002) identifica, além dos nomes, outra classe fundamental de palavras do português: a dos verbos. Dessa forma, segundo o autor, o português apresenta somente duas classes fundamentais de palavras – (a) a dos nomes, cujo comportamento foi exemplificado no parágrafo anterior a este; e (b) a dos verbos, que se opõem aos nomes pela possibilidade de receberem marcas flexionais de tempo-modo e número-pessoa. Contudo, o autor reconhece que se pode identificar, no português, uma outra classe de palavras: a dos pronomes, que, tal como os nomes, podem exercer as funções de substantivo, adjetivo e advérbio.

Quanto aos pronomes, a própria Gramática Tradicional divide-os entre substantivos e adjetivos, conforme a sua distribuição no enunciado. Assim, em “*Isto é meu*”, tem-se um pronome substantivo (*isto* – núcleo do sujeito) e um pronome adjetivo (*meu* – predicativo do sujeito). Contudo, a Gramática Tradicional não considera a possibilidade de pronomes exercerem a função de advérbios – o que, segundo Monteiro (2002), se observa em sentenças tais como “Aquele menino caiu *ali*”, em que o vocábulo “*ali*” apenas indica uma localização espacial. Vale lembrar que o referido autor diferencia nomes de pronomes pelo fato de os primeiros levarem à representação mental de um item do mundo extralinguístico, enquanto os segundos têm apenas a função dêitica, relacionada à capacidade de posicionar os itens no espaço.

Em suma, Monteiro (2002) reconhece que há apenas duas classes fundamentais de palavras em português: a dos nomes e a dos verbos. A primeira comporta os vocábulos que podem desempenhar funções de substantivo, adjetivo e advérbio, de acordo com o contexto sintático em que se



apresentam (levando-se em conta a capacidade de representar um item do mundo extralinguístico), enquanto os verbos podem ser caracterizados pela propriedade morfológica de receber marcas flexionais de tempo, modo, número e pessoa. Vale comentar, por fim, que nomes se diferenciam semanticamente de pronomes por representarem itens, enquanto estes últimos apenas os indicam<sup>9</sup>.

Em decorrência do que foi exposto nesta seção, para uma efetiva distribuição das palavras em classes, é fundamental a devida adoção dos critérios morfológicos, sintáticos e semânticos, de acordo, evidentemente, com uso que se faz delas. Portanto, apesar de ser uma atribuição da Morfologia, a categorização dos vocábulos não pode ser feita somente com a perspectiva morfológica, pois, como se pôde observar, os critérios de análise se complementam mutuamente.

## 5. Das fronteiras entre flexão e derivação

Em linhas gerais, a flexão (nominal e verbal) caracteriza-se como um processo morfológico obrigatório, exaustivo e previsível, que se aplica às palavras variáveis, permitindo a especificação de suas propriedades morfo-sintático-semânticas. A flexão nominal incide em substantivo, adjetivo, pronome, artigo e numeral, especificando o número (singular/plural) e o gênero (masculino/feminino). A flexão verbal acrescenta aos verbos as noções gramaticais de tempo-modo-aspecto e pessoa-número, de acordo com a conjugação (primeira, segunda e terceira) a que pertence o verbo.

Cabe ressaltar que o contraste de gênero não é considerado um processo de flexão (cf. CAMARA Jr., 1999; MATEUS *et alii*, 2003), uma vez que não se trata de um processo imperativo, pois apenas os seres animados são sexuados. Além disso, a referência ao sexo pode realizar-se por meio de derivação sufixal (*imperador/imperatriz*), por meio de aposição das palavras “macho” e “fêmea” (*cobra fêmea*), por meio de palavras

---

<sup>9</sup> Monteiro (2002) propõe, ainda, que (a) numerais sejam incluídos na classe dos nomes, uma vez que exercem função de substantivo (“*Três é ímpar*”) ou de adjetivo (“*Três ímpares*”), e (b) artigos sejam incluídos na classe dos pronomes, devido à sua força demonstrativa de indicação espacial. Entre os conectivos, o autor aloca os vocábulos que não exercem função determinativa, por servirem apenas de elo entre dois elementos (preposições) ou orações (conjunções). A classe tradicional de interjeições é, segundo Monteiro (2002), desnecessária, uma vez que não se trata de palavras, mas de frases de situação (“*Socorro!*”; “*Fogo!*”).

distintas (*cavalo/égua*), ou, por meio, de fato, da flexão de gênero: “*acrés-cimo, para o feminino, do sufixo flexional -a (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: lob(o) + a = loba; autor + a = autora*” (CAMARA Jr., 1999: 90).

Ao contrário da flexão, a derivação é geralmente definida como um processo idiossincrático e não obrigatório, uma vez que não sofre imposições de ordem sintática para que se estabeleçam relações de concordância. Quanto à formação, a maioria dos compêndios gramaticais inclui, na derivação, processos de natureza distinta, uma vez que, de um lado, tem-se a derivação afixal (prefixação, sufixação, parassíntese), a mais recorrente de todas, em que se somam afixos derivacionais à palavra tomada por base; e, de outro, tem-se a derivação imprópria ou conversão, em não há intervenção de quaisquer afixos, e a derivação regressiva, que consiste na supressão de sequências tomadas como afixos.

Todavia, na prática, a categorização de um afixo como flexional ou derivacional é uma tarefa complexa, levando a não-demarcação de fronteiras rígidas entre flexão e derivação. A questão dos limites entre os dois processos é uma preocupação da morfologia contemporânea e vem sendo tratada de vários modos, com base em diferentes referenciais e posicionamentos teóricos. Alguns morfólogos postularam uma separação rígida entre os dois fenômenos, enquanto outros propõem analisá-los a partir de diferenças e semelhanças, com base na ideia de um *continuum*, ou seja, “*como uma única operação morfológica, do tipo gradiente ou escalar*” (GONÇALVES, 2005c: 11), em que a flexão figura em um polo e a derivação, em outro.

Com o propósito de descrever os processos morfológicos aglutinativos (flexão e derivação), vários autores, entre eles, Spencer (1991), Katamba (1993) e Gonçalves (2005c) reúnem critérios já estabelecidos, reorganizam-nos, definem outros, e, com base na estrutura e nos significados envolvidos no fenômeno investigado por eles, defendem como devem ser entendidos: um caso de flexão, de derivação, ou um caso situado entre a flexão e a derivação.

De fato, não é tarefa simples estabelecer um limite rigoroso entre esses dois processos. Em alguns casos, há dificuldades em definir se dado item lexical é uma palavra nova derivada de uma primitiva (processo de derivação) ou se é uma forma diferente da mesma palavra (processo de flexão). Para Basilio (2000), o problema consiste na falta de

*uma distinção nítida e definitiva entre os conceitos de flexão e derivação [...] Devemos considerar, digamos perdido como uma forma do verbo perder ou como uma outra palavra? Isso equivale à questão de se devemos considerar o particípio passado como um caso de flexão ou um caso de derivação (op. cit.: 12).*

Entretanto, o dilema de se identificar um caso de flexão ou de derivação não se restringe apenas ao particípio, pois atinge outras formações lexicais. Em Sandmann (1991), por exemplo, estão listadas várias palavras com terminação *-ndo*, característica das formas verbais de gerúndio, dentre elas, “formandos” e “cursandos” – criações que, dependendo do contexto de uso, podem ser caracterizadas pelo processo de derivação sufixal, quando não se apresentam como uma categoria verbal, mas como uma categoria nominal. Ambas flexionam-se em número plural, seguindo o modelo da flexão nominal, podendo também admitir flexão em gênero feminino (“formandas” e “cursandas”), o que não é marca possível na classe dos verbos.

Diante do exposto, é inevitável que surja a seguinte indagação: as marcas verbais de particípio (*-ado* e *-ido*) e a de gerúndio (*-ndo*) pertenceriam ao inventário de morfemas flexionais responsáveis pela flexão dos verbos, à semelhança das desinências verbais de tempo-modo-aspecto e pessoa-número, ou seriam morfemas derivacionais que permitem a criação de adjetivos, ou até de substantivos, pelo processo de derivação?

Na tentativa de solucionar o impasse da distribuição dos afixos (derivacionais e flexionais), Gonçalves (2005c), baseado nos princípios defendidos por Bybee (1985) para a flexão/derivação, fornece ferramentas analíticas para se definir o *status* morfológico de um dado afixo. Ao longo de sua análise, comprova que há afixos que carregam quase todos os atributos da categoria flexional, outros, da derivacional, enquanto os utilizados em expressões intermediárias deixam de portar todos os atributos de uma categoria, apresentando menor grau de pertencimento à flexão ou à derivação.

O autor, tal como Bybee (*op. cit.*), assume “*que a diferença entre as duas morfologias é apenas de grau, isto é, flexão e derivação não envolveriam uma oposição discreta, mas gradiente, sendo interpretadas como um processo morfológico único, de natureza escalar ou contínua*” (GONÇALVES, 2005c: 118). Em outras palavras, sob a pers-

pectiva de Gonçalves (2005c), os afixos aproximam-se ou afastam-se dos polos flexional e derivacional, de acordo com as propriedades que apresentam.

Enfim, a árdua tarefa de estabelecer as fronteiras entre flexão e derivação demonstra que, em alguns casos, é necessário lançar mão de aspectos sintáticos e semânticos. Novamente, trata-se de uma atribuição da Morfologia que precisa acessar outros níveis de descrição da estrutura linguística.

## **6. Processos não-concatenativos de formação de palavras**

Os recursos gramaticais para formação de novas palavras são bastante variados. Além dos vocábulos formados por composição e por derivação, não raro, surgem palavras, consideradas “mal-comportadas” morfológicamente (SPENCER, 1991), que ampliam o léxico de maneira considerável.

Quanto ao processo de formação, uma palavra pode ser construída por meio de duas operações morfológicas distintas: a concatenativa e a não-concatenativa. A concatenativa engloba os processos de formação de palavras passíveis de descrição sob um prisma estritamente morfológico, por serem reconhecidos como regulares e sistemáticos, tais como a derivação e a composição. Na derivação, em geral, têm-se operações que envolvem o acréscimo ou supressão de afixos a uma forma de base; na composição, uma ou mais palavras pré-existentes na língua são combinadas também de maneira linear. Ainda que se verifique, nesses mecanismos, alguma perda de material fônico em seus constituintes, essa perda é justificada por processos fonológicos regulares, em geral, crase e elisão.

As operações morfológicas de natureza não-concatenativa, por sua vez, situam-se na fronteira morfologia-fonologia e envolvem fenômenos que, ao contrário da composição, flexão e derivação, não operam necessariamente com o encadeamento linear de porções morfológicas, de forma que se caracterizam pela fusão de bases-fonte (cruzamento vocabular) ou pelo encurtamento da palavra-matriz (hipocorização)<sup>10</sup>, seguido, muitas ve-

---

<sup>10</sup> A hipocorização será detalhada no artigo deste mesmo volume que se dedica aos processos não-concatenativos de formação de palavras.

zes, de acréscimo simultâneo de afixos, como se observa em um determinado padrão de truncamento (“delegado” > “delega”; “vestibular” > “vestiba”; “cerveja” > “cerva” etc.). Esses vocábulos truncados são vistos como resultado de um processo, simultaneamente, não-concatenativo (de encurtamento) e aglutinativo, devido ao acréscimo sistemático da vogal -a, sua marca morfológica, no final do produto.

Para exemplificar o que foi exposto sobre operações não-concatenativas, contempla-se, nesta seção, o cruzamento vocabular (CV), compreendido como um processo morfológico que dá origem a palavras a partir da fusão de duas outras de livre curso na língua, e que, ao mesmo tempo, reproduz e cria significados, a exemplo de “showmício” (< “show” + “comício”) e “portunhol” (< “português” + “espanhol”). Devido a pressões pragmáticas, prosódicas e morfológicas, o CV não se ajusta bem aos estudos morfológicos mais tradicionais, uma vez que a sucessão das bases-fonte pode ser, e muitas vezes o é, rompida por sobreposições, criando palavras que condensam o significado de seus constituintes.

Os CVs apresentam, pelo menos, três diferentes padrões estruturais, a saber: (1) interposição de bases (ou entranhamento ou impregnação lexical); (2) combinação truncada; e (3) substituição sublexical (ou reanálise ou analogia).

O primeiro padrão, por entranhamento lexical, é responsável pela maioria das formações cruzadas. CVs desse tipo advêm da interposição de duas bases que compartilham material fonológico, sejam sílabas, rimas<sup>11</sup> ou até mesmo porções fônicas sem *status* próprio, as quais se fundem de tal modo que estabelecem, no nível da forma cruzada, relações de correspondência de um-para-muitos entre os constituintes das bases e do produto. A maior ou menor quantidade de material compartilhado está diretamente relacionada ao grau de semelhança fônica entre as palavras de base, como, por exemplo, em “apertamento” (< “aperto” + “apartamento”), “burrocracia” (< “burro” + “burocracia”), entre vários outros.

---

<sup>11</sup> Rimas, na hierarquia prosódica, são componentes da estrutura silábica. Na preposição monossilábica *com*, por exemplo, têm-se o constituinte (c-), denominado *onset* ou *ataque*, por ocupar a posição inicial da sílaba; o constituinte intermediário (-o-), *núcleo* da sílaba e elemento responsável pela existência da mesma; e, por fim, o constituinte (-m), que ocupa a posição pós-nuclear e recebe o nome de *coda*. Estes dois últimos, em conjunto, formam um constituinte superior denominado *rima*. Vale observar, por fim, que o núcleo é obrigatório para a formação da rima, enquanto a coda pode estar presente ou não.

O segundo tipo de cruzamento, por combinação truncada, responde por formações mais isoladas na língua. “*Esse processo, que se assemelha, bem mais que o primeiro, à composição, não necessariamente envolve o compartilhamento de material fonológico*” (GONÇALVES & ALMEIDA, 2007: 3). Nesse padrão, se as formas de base são do mesmo tamanho, ambas sofrem fragmentações: “chocotone” (< “chocolate” + “panetone”); caso contrário, a maior sofre truncamento, e a menor, sem perder massa fônica, se concatena inteiramente à maior: “forrogode” (< “forró” + “pagode”).

Por fim, tem-se o padrão de substituição sublexical (ou analogia ou reanálise)<sup>12</sup>, no qual, segundo Gonçalves (2005a; 2005b), uma parte da palavra é reinterpretada, possibilitando a inclusão de uma sequência que funcionará em “competição” com a sequência que a substitui no produto final dessa junção. Em “tricha”, por exemplo, *tri-* se opõe ao sentido reinterpretado de *bi-* (= duas vezes), e imprime uma espécie de gradação de intensidade do comportamento homossexual.

Em suma, o cruzamento vocabular é um tipo de processo morfológico que acessa informações fonológicas, tais como a posição do acento nas palavras tomadas como base, o grau de semelhança fônica e a natureza estrutural da sequência compartilhada entre elas, preservando, com isso, a estrutura prosódica e segmental das bases. Consequentemente, uma análise desenvolvida somente sob o enfoque da Morfologia não daria conta da descrição dessas formações, o que demonstra, mais uma vez, que uma investigação criteriosa e completa dos fenômenos linguísticos só se realiza por meio da interação entre os diferentes níveis da gramática. Para mais detalhes acerca dos processos aqui mencionados, vide o artigo dedicado aos processos não-concatenativos de formação de palavras deste mesmo volume.

## Palavras finais

Neste artigo, buscou-se mostrar que a Morfologia opera em conjunto com a Fonologia, a Sintaxe e a Semântica. Para tanto, questões

---

<sup>12</sup> Alguns estudiosos, entre eles Gonçalves (2004; 2005a; 2005b) e Basílio (2003), distinguem analogia de cruzamento vocabular.

relacionadas à distribuição dos vocábulos em classes, flexão, derivação e processos não-concatenativos de formação de palavras foram consideradas.

Os fenômenos morfológicos discutidos ao longo do artigo mostraram, com efeito, que a categorização de um afixo como flexional ou derivacional exige a interface com aspectos sintáticos e semânticos, bem como a análise de processos de formação de palavras não-concatenativos exige a consideração de expedientes fonológicos. Assim, pode-se reafirmar a perspectiva de Nida (1949), segundo o qual nenhuma área de descrição linguística atua de maneira autônoma, sem referência às outras, além de defender que a interface da Morfologia com a Fonologia, a Sintaxe e a Semântica permite uma descrição mais satisfatória de processos cujos comportamentos fazem com que sejam alocados na fronteira entre a primeira e estas últimas.

Ainda neste volume, operações morfológicas aqui mencionadas serão detalhadas, com o objetivo de ratificar as vantagens que a interface entre Morfologia, Sintaxe, Semântica e Fonologia propicia à análise de fenômenos que não são passíveis de descrição satisfatória com base na perspectiva estritamente morfológica.

### Referências bibliográficas

BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BASILIO, M. Cruzamentos vocabulares: o fator humorfológico. *X Congresso da ASSEL-RIO*, 2003. 35 p. mimeo.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. de. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 11, n. 1, 2007. p. 85-95.

GONÇALVES, C. A. V. Relações de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 21, n. 1, 2005a. p.75-119.

GONÇALVES, C. A. V. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas (UFJF)*, v. 14, n. 1, 2005b. p. 16-35.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Letras/UFRJ, 2005c.

GONÇALVES, C. A. V. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *ALFA*, v. 48, n. 2, 2004. p. 30-66.

GONÇALVES, C. A. V. A função indexical das formações x-íssimo, x-ésimo e x-érrimo no português do Brasil. *Veredas (UFJF)*, v. 5, n. 2, 2003. p. 47-59.

HOCKETT, C. F. *A course in modern linguistics*. New York: Macmillan, 1954.

KATAMBA, F. *Modern linguistic morphology*. New York: Serie, 1993.

MATEUS, M. *et alli. Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 2002.

NIDA, E. A. *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1949.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

PINILLA, M. da A. Classes de palavras. In.: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 169-183.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.



SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, J. B. A. Truncamento no português do Brasil: acaso ou processo? Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

VIVAS, V. de M. Relendo as categorias verbais. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, v. XIII, n. 4, 2009. Disponível em <http://www.filologia.org.br>.